

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 351, DE 2021 (Apensado PL Nº 429, de 2021)

Torna o Pequi Goiano patrimônio cultural, ambiental e ecológico nacional.

Autor: Deputado José Nelto

Relator: Deputado Glaustin Fokus

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 351, de 2021, pretende tornar o Pequi Goiano patrimônio cultural, ambiental e ecológico nacional.

Apensado, o PL nº 429, de 2021, tem intenção semelhante, “Declara o Pequi do estado de Goiás como Patrimônio Natural, Ambiental e Cultural do Brasil.”

A matéria foi distribuída pela Mesa Diretora, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, à Comissão de Cultura, para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a verificação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR



Este projeto de lei, de autoria do Deputado José Nelto, tem por objetivo tornar o Pequi Goiano patrimônio cultural, ambiental e ecológico nacional. Apensado, o PL nº 429, de 2021, tem intenção semelhante, “Declara o Pequi do estado de Goiás como Patrimônio Natural, Ambiental e Cultural do Brasil.”

O mérito da matéria poderia ser, em parte, da competência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, uma vez que a legislação ambiental, mais precisamente na Lei nº 9.985, de 2000, dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Segundo tal lei, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre.

De acordo ainda com a mesma Lei, o Monumento Natural, por exemplo, tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Porém, pelas justificações dos PLs, não parece a intenção dos autores relacionar o pequi a nenhuma dessas categorias. Em ambas, percebe-se que o foco absolutamente central é mesmo o cultural.

Na justificação do PL principal, com a qual concordamos, ressalta-se que “o pequi adquiriu uma dimensão que ultrapassou a questão alimentar, transformando-se em aspecto da identidade cultural do homem e da mulher do cerrado.” Além disso, argumenta que “inúmeros produtos derivados do “ouro do cerrado” movimentam a economia de centenas de municípios e de milhares de famílias.” Como exemplo de sua relevância ao povo goiano, lembra que o arroz com pequi é um prato tradicional da culinária goiana, reconhecido



como símbolo cultural, ocupando papel de destaque nas práticas alimentares da região. Dessa forma, o pequi simboliza a história da cozinha do Brasil, com maior ênfase no Estado de Goiás.

Por sua vez, na justificação do PL apensado, destaca-se que “a formação da cultura alimentar de Goiás é marcada por tradições de povos nativos que incorporaram costumes de imigrantes às suas práticas culinárias, construindo uma identidade regional e peculiar. Exatamente nesse Estado, nas antigas vilas de Meia Ponte (atualmente Pirenópolis) e Vila Boa (antiga capital do estado), no início do século XVIII, que o Pequi começou a ser utilizado na culinária.” É também citado o arroz com pequi como símbolo da história da cozinha de Goiás, por sua origem simples agregada a várias contribuições multiculturais associadas ao sabor, aroma e significado particular do prato típico local.

Consideramos que as propostas são meritórias, mas precisam de ajustes, para retirar da discussão a parte ambiental e ecológica, que não nos parece apropriada, e também para se definir melhor a atividade humana envolvida, uma vez que o pequi não é por si só patrimônio cultural, mas sim o seu uso na culinária tradicional goiana, o qual deve, esse sim, ser reconhecido por valorizar oficialmente a identidade, ação e memória de grupos que formam nossa sociedade, seus “modos de criar, fazer e viver”.

Assim, estamos plenamente de acordo com o mérito cultural de se reconhecer o uso do pequi na tradicional culinária goiana, mas ainda nos cabe levar em conta a recomendação constante da Súmula nº 1, de 2013, desta Comissão de Cultura, que assim preconiza: “*no caso de iniciativas legislativas que pretendem reconhecer oficialmente determinado bem como parte do patrimônio cultural brasileiro ou como **patrimônio imaterial**, existe obstáculo legal, na medida em que essa é uma atribuição do Poder Executivo, mais especificamente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão afeto ao Ministério da Cultura. Tal incumbência foi conferida pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, que “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.*



De acordo com a referida Súmula, é possível aprovar projeto dessa natureza, por meio de emenda substitutiva que confira à atividade que se pretende enaltecer o título de *manifestação da cultura nacional*. Portanto, para preservar o cerne da iniciativa em análise, oferecemos, nesta oportunidade, substitutivo com a alteração recomendada pela norma desta Comissão.

O reconhecimento do uso do pequi na culinária tradicional goiana como *manifestação da cultura nacional* é medida que atesta oficialmente a natureza cultural dessa iguaria e de seu tradicional processo culinário goiano, sob a chancela da lei, como expressão da rica e diversa cultura brasileira.

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 351, de 2021, e de seu apensado, PL nº 429, de 2021, nos termos do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado Glaustin Fokus
Relator

2023-12116



COMISSÃO DE CULTURA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 351, DE 2021
(Apensado PL Nº 429, DE 2021)**

Reconhece o uso do pequi na culinária tradicional goiana como manifestação da cultura nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o uso do pequi na culinária tradicional goiana como manifestação da cultura nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado Glaustin Fokus
Relator

2023-12116

